

SINDÁGUA

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais



ACORDO COLETIVO AFASTA A CRISE DOS NOSSOS SALÁRIOS E BENEFÍCIOS



José Maria dos Santos
Presidente SINDÁGUA

Avanços históricos no Acordo Coletivo

Nosso Acordo Coletivo de Trabalho, firmado com duração de dois anos, trouxe à categoria avanços em reivindicações históricas, justamente num momento conjuntural de extremas preocupações. Conseguimos superar adversidades anunciadas pela Copasa, com uma queda brutal nos números financeiros do primeiro trimestre, além da gravidade que todos passamos com a crise hídrica, impactando a produção da empresa.

Contrariando um balanço nacional das negociações coletivas no primeiro semestre, que impuseram perdas no valor real dos salários, garantimos nossa remuneração e benefícios reajustados pelo INPC pleno e continuamos o processo de discussão com a empresa para evoluir numa das principais reclamações dos trabalhadores, um Plano de Cargos e Salários transparente, homologado e que permita o crescimento profissional dos trabalhadores.

Definimos pontos prioritários na luta dos trabalhadores e conseguimos avançar em todos eles. Conseguimos colocar um fim na política de remuneração variável da GDI, nascida do famigerado “choque de gestão” tucano para sucatear as empresas estatais e corroer os salários. Incorporamos 12,02% nos salários impedindo que os trabalhadores continuassem a ser tratados

de forma desigual, uns ganhando 16% de GDI e outros 9%, justamente companheiros sobre os quais a empresa jogou o peso do sucateamento de estruturas e que vinham sendo duplamente prejudicados nas condições de trabalho e nos salários. Conseguimos finalmente receber a diferença da PL 2010, que vinha sendo postergada pela ex-direção com recursos à decisão judicial. Nosso principal avanço será ainda concretizado no trabalho que vamos desempenhar para produzir um Plano de Carreiras, Cargos e Salários justo e transparente, que acaba com a indecente política de porte, que reajuste a tabela de salários e permita o crescimento profissional de forma transparente e em igualdade de condições para todos os companheiros.

Tivemos um novo Acordo Coletivo muito positivo, que acena um novo tempo de relações de trabalho mais respeitadas na Copasa e onde os direitos da categoria sejam entendidos como política para a própria qualidade de serviços da empresa à população.

Caminhamos com responsabilidade e colhemos os frutos da unidade e da consciência dos trabalhadores.

ASSEMBLEIA GERAL

07 de agosto - 12h30 - Sede do SINDÁGUA

Eleição de delegados da nossa categoria no Congresso Estadual da CUT
(a ser realizado de 28 a 30 de agosto) e Congresso Nacional da CUT

Categoria preserva conquistas

ACORDO DE DOIS ANOS GARANTE SALÁRIOS E BENEFÍCIOS CONTRA AMEAÇAS DE CRISE NA ECONOMIA

Tivemos neste ano um dos momentos mais difíceis para nossa campanha salarial, diante de uma crise geral da economia e realidade extremamente difícil deixada pela ex-direção da Copasa na sua estrutura e condições financeiras da empresa.

Foram necessárias a criatividade e o grande senso de responsabilidade dos trabalhadores, para avançarmos nas negociações coletivas, com reajuste de 8,34% nos salários e em todos os benefícios, garantir o INPC integral a partir de 1º de maio/2016, respeitar todos os direitos dos acordos anteriores, além de manter discussões permanentes em comissões criadas para corrigir situações urgentes e exigidas pela categoria.

As negociações não foram encerradas. Estão sendo criadas comissões

com a participação dos sindicatos para construir um novo Plano de Carreiras, Cargos e Salários (PCCS), acabando com a política de porte nos salários, corrigir a tabela salarial e definir regras para estabelecer condições de promoção e crescimento profissional.

Finalmente conseguimos acabar com a GDI e incorporar 12,02% nos salários, além de definir um “indicador financeiro”, começando com 4% para incidir de forma linear sobre os salários de todos os companheiros, depois de aferidos resultados.



Milhares de trabalhadores terão efetivamente ganho real com esta política de reajuste salarial, acabando com este instrumento tucano de remuneração variável, do choque de gestão que prejudicava a todos os companheiros e também à própria empresa.

Confira os novos valores dos benefícios reajustados pelo Acordo Coletivo 2015

Tiquete Alimentação	R\$ 608,87	para	R\$ 659,65	Auxílio-creche até 2 anos	R\$ 534,77	para	R\$ 579,00
Cesta Básica	R\$ 343,64	para	R\$ 372,30	Auxílio-creche acima 2 anos	R\$ 320,87	para	R\$ 347,76
Cesta de Natal	R\$ 275,72	para	R\$ 298,71	Auxílio Educação	R\$ 508,33	para	R\$ 550,72
Assistencia Especial Saúde	R\$ 713,03	para	R\$ 772,60	Auxílio Funeral	R\$ 1.885,44	para	R\$ 2.042,69
Gratificação Dirigir Veículos	R\$ 12,93	para	R\$ 14,00	Auxílio Educação Especial	R\$ 508,33	para	R\$ 550,72

Categoria põe fim nos arrochos da GDI manipulada

Trabalhadores com GDI de 9% e outros com 16%. Diferenças de mais de 5%, prejudicando seriamente companheiros em locais mal avaliados, por fatores de aferição sobre os quais não tínhamos controle.

A desconfiança sobre a manipulação da GDI se aprofundou ainda mais recentemente. No momento em que a Copasa declarou um lucro líquido de R\$ 16 milhões no primeiro trimestre de 2015, ou seja, R\$ 100 milhões menor no mesmo período do ano passado, os “apuradores” da GDI fizeram com que os índices subissem. Exatamente no momento em que caminhamos positivamente nas negociações para acabar com este instrumento

nocivo aos trabalhadores, começaram a processar o milagre em fatores de aferição que sempre jogaram no chão nossos ganhos reais conquistados, estabelecendo diferenças injustas nos salários e seguramente manipuladas na performance dos companheiros nos vários setores de trabalho.

Da GDI plena de 16,5%, com o novo Acordo Coletivo de Trabalho, conseguimos incorporar 12,02% nos salários de todos os trabalhadores a partir de 1º de outubro. O restante (4%) passará a ser aferido por um novo “Indicador Financeiro”, que incidirá de maneira linear, ou seja, o mesmo percentual para todos os trabalhadores. O empenho de todos para atingir metas da empresa será dividido igualmente na aferição de resultados.



Comissão definirá adicional de periculosidade dos motociclistas

Outra grande pendência que está sendo resolvida pelo Acordo Coletivo é o pagamento da periculosidade aos trabalhadores que utilizam motocicletas na sua atividade. Uma comissão com participação de representantes do Sindicato estará definindo os critérios para pagamento a partir de outubro de 2015.

A construção da conquista de uma luta histórica pelo Plano de Cargos e Salários

“CLÁUSULA SEGUNDO – DO PLANO DE CARREIRA, CARGOS E SALÁRIOS - A COPASA MG se compromete a criar, em até 60 (sessenta) dias após assinatura do presente Acordo, uma comissão com participação de até 03 (três) dirigentes sindicais, para estudar e propor alterações no Plano de Carreiras, Cargos e Salários, contemplando a política de porte, os critérios para progressão e a tabela salarial e, em até 11 (onze) meses, após o início dos estudos, apresentar proposta à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração para deliberação.”

Finalmente, através do Acordo Coletivo, a Copasa concorda em discutir, através de comissão com integrantes dos sindicatos, uma proposta de Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS), em que os trabalhadores já apontaram como prioridades o fim da política de porte sobre os salários, correção na tabela salarial e mecanismo de progressão na carreira.

Esta é uma luta de muitos anos, prometida e não honrada pela gestão anterior da Copasa, e que agora

caminhará com a participação de todos os trabalhadores na construção de um PCCS legítimo para o crescimento profissional e transparente na administração de pessoal da empresa. Deveremos discutir e descrever as funções de cargo dos companheiros em todo o Estado, pondo fim aos desvios de função e à quebra de isonomia de direitos entre mesmos cargos, que é praticada hoje pela escandalosa política de porte sobre os salários. Discutiremos um percentual para aplicar na correção da tabela de

salários, garantindo mecanismos de progresso na curva salarial e nos processos de promoção e crescimento profissional.

Todo o processo de discussão e formulação do PCCS será informado pelo sindicato aos trabalhadores, para que acompanhem, deem sugestões que corrijam distorções e tenhamos um documento que contemple um instrumento justo na administração de pessoal.

Categoria começa a receber diferença da Participação nos Lucros de 2010

Até bem pouco tempo, a antiga direção da Copasa ingressava na justiça com tudo que era artifício para retardar o pagamento da diferença da PL 2010, cuja ação o SINDÁGUA ganhou em todas as instâncias judiciais.

Com o Acordo Coletivo, garantimos o pagamento imediato desta diferença aos trabalhadores. A nova direção da empresa concordou em pagar a diferença no mês de março, mas abriu a possibilidade de contrair um empréstimo em instituição financeira, para antecipar o pagamento aos trabalhadores. Pagará à instituição 1,5% ao mês, sendo que a Copasa arcará com 0,55% dos juros bancários e os trabalhadores com 0,95%.

Os companheiros que se interessarem pela antecipação devem fazer a solicitação até o dia 10 para que o pagamento seja efetuado no mesmo mês. Pedidos após o dia 10 serão efetuados apenas no mês seguinte.

Ficou definido ainda pelo acordo que os valores da PL de 2015 e 2016 serão pagos em uma única parcela, no mês de abril, de 2016 e 2017.



Taxa de fortalecimento para manter a luta da categoria contra quaisquer ameaças

Na aprovação da “Pauta de Reivindicações” da categoria, que foi negociada com a direção da Copasa, os trabalhadores aprovaram o desconto de uma “Taxa de Fortalecimento” de 1% do salário base, destinada a investimentos na estruturação e organização do Sindicato.

A luta dos trabalhadores pelos direitos é uma questão de consciência, de mobilização, para impedir que direitos trabalhistas e conquistados sejam cortados ou prejudicados pelos patrões. Nos últimos anos, a categoria foi duramente ameaçada pelos gestores que passaram na Copasa e só conseguimos barrá-los pelo investimento dos trabalhadores para termos um sindicato mobilizador.

Com o novo acordo coletivo, teremos um trabalho gigantesco pela frente para a elaboração do PCCS, como também na defesa de concessões de serviços de

saneamento em todo o Estado e manutenção dos empregos. Para nos subsidiar, o Sindicato contratará os serviços do Dieese e de técnicos especializados, para construirmos um Plano de Cargos e Salários, há muito esperado pelos trabalhadores. Os investimentos feitos pelos trabalhadores no sindicato são revertidos rigorosamente para questões de interesse prioritário da categoria, pelas melhores condições de trabalho e o crescimento profissional.

Apesar desta consciência e responsabilidade em nossas mobilizações, os companheiros que por algum motivo decidam não colaborar com a luta, têm até o próximo dia 10 de agosto para manifestar sua oposição ao desconto, em carta individual endereçada ao Sindicato e/ou ao setor de administração de pessoal da empresa.

Prefeitos querem mais do que contrato de concessões

Foto Estado de Minas



Os trabalhadores sabem muito bem o que representa a ameaça de serviços públicos de saneamento cair nas mãos da iniciativa privada. Espera-se que a população não precise passar pela experiência para sentir a diferença no bolso e na qualidade dos serviços que recebe. A receita é simples: busca incessante do lucro, aumento escandaloso de tarifas, perda de qualidade dos serviços, comprometimento da saúde da população desassistida por incapacidade de pagamento das contas. O contrário disto é a responsabilidade do Estado com os serviços de saneamento, o que defendemos, em cumprimento dos preceitos da própria Constituição Brasileira e também do Estado de Minas Gerais.

CONCESSÕES SOB AMEAÇA

A Copasa tem mais de uma centena de concessões chegando ao momento de discutir e renovar contratos. Devemos lembrar que 2016 é ano eleitoral para as prefeituras municipais. Hora dos discursos, das promessas, das críticas de méritos alheios, regularmente com manipulação da opinião do eleitorado.

Assistimos a processos virulentos nas discussões de três concessões de municípios importantes: Montes Claros, Ubá e Santa Luzia, lembrando a tragédia que já se abateu sobre os serviços em Pará de Minas, que caíram nas mãos da iniciativa privada.

O caso mais espetaculoso é de Montes Claros, onde o prefeito Ruy Muniz exacerba de sua autoridade, tenta impor uma quebra de contrato e faz ataques frontais à Copasa, investindo para promover uma campanha de desgaste da imagem da empresa diante da opinião pública.

Curiosamente, o prefeito não teria a necessária isenção moral nos ataques e nas imposições que

faz. Ruy Muniz está sendo processado pelo Ministério Público Federal (MPF) por improbidade administrativa, “acusado de reter indevidamente mais de R\$ 20 milhões de recursos públicos destinados aos hospitais da cidade vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS), o que, segundo a denúncia, prejudicou

1,6 milhão de pessoas de 86 municípios do Norte de Minas”, conforme reportagem do jornal “Estado de Minas” (EM). Segundo ainda o EM, “na ação, Muniz também é acusado de montar estratégia para prejudicar

financeiramente os demais hospitais da cidade e favorecer com recursos públicos o hospital que pertence ao seu grupo empresarial”. O Ministério Público alega que as verbas federais e estaduais do SUS estão sendo retidas pelo prefeito, “sem apresentar qualquer justificativa idônea para tais atos”. O jornal informa que “na ação, Muniz também é acusado de montar estratégia para prejudicar financeiramente os demais hospitais da cidade e favorecer



Exemplo de Almenara não pode ser esquecido

Os trabalhadores na Copasa se lembram bem da tragédia que se anunciava e foi evitada pela própria população em Almenara, quando o Executivo municipal exigia da Copasa recursos além daqueles destinados ao saneamento para manter a concessão de serviços, tendo feito campanha massiva contra a imagem da empresa, o que gerou inclusive ameaças aos próprios trabalhadores, com invasões das dependências e todo tipo de assédio.

Nas audiências públicas realizadas na Câmara Municipal, o chefe do Executivo lotava ônibus com a comunidade da periferia da cidade, para se manifestarem a favor dos propósitos do prefeito, para cobrar investimentos financeiros da Copasa em obras asfálticas e outras exigências.

A própria população corrigiu aquele tormento e baniu o político do poder municipal através das eleições seguintes.

com recursos públicos o hospital que pertence ao seu grupo empresarial” (Hospital Mário Ribeiro).

Em “Audiência Pública” para discutir o contrato com a Copasa, realizada na Câmara Municipal no último dia 20 de julho, mais uma vez o prefeito demonstrou seu estilo tacanho, impedindo que os presentes pudessem falar e chamando a polícia contra a livre manifestação do povo. Falou o que quis e não escutou ninguém.